

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020
(Da Sra. FLÁVIA ARRUDA)

Requer que sejam prestadas, pela senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, informações sobre o nível de execução do orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações a senhora Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao nível de execução do orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, nos seguintes termos:

1. O valor empenhado, executado, pago e inscrito em restos a pagar em políticas para mulheres, discriminado por Plano Orçamentário do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, até 31 de dezembro dos seguintes exercícios: 2019, 2018 e 2017 de forma que seja possível comparar os níveis de dispêndio ao longo do período.

2. A porcentagem de execução do Orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em relação à dotação autorizada estabelecida pela Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro dos exercícios de 2019, 2018 e 2017, considerando: o conjunto agregado de dispêndio deste Ministério com a discriminação por Plano Orçamentário relacionados à Políticas para Mulheres.

3. Quais as causas e motivos do Orçamento destinado a este Ministério não ter sido executado nos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

4. Qual o montante de emendas parlamentares inscritas em Restos a Pagar e pendentes de execução.

JUSTICATIVA

Matéria publicada ontem, (04) no Jornal Estadão evidencia a queda drástica de recursos para políticas públicas voltadas para mulheres nos últimos anos.

O principal programa do governo federal de combate à violência contra a mulher ficou sem um único centavo no ano passado. A 'Casa da Mulher Brasileira' tinha como objetivo inicial construir ao menos uma unidade de atendimento integrado, por Estado, para aquelas que sofrem com agressões físicas e psicológicas. Lançado ainda na gestão de Dilma Rousseff, em 2015, o programa apoia mulheres que sejam alvo de violência causada por desconhecidos, companheiros ou familiares. Até agora, no entanto, apenas cinco unidades estão funcionando. Em São Paulo, a estrutura local teve de contar com investimento privado para que a obra fosse concluída.

Entre 2015 e 2019, o orçamento da Secretaria da Mulher, órgão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi reduzido de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões. Levantamento feito pelo Estado aponta que, no mesmo período, os pagamentos para atendimento às mulheres em situação de violência recuaram de R\$ 34,7 milhões para apenas R\$ 194,7 mil.¹

Diante do exposto, solicitamos que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos responda a este importante questionamento para que o Congresso Nacional possa desenvolver seu papel propositivo e fiscalizatório.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2020.

FLÁVIA ARRUDA

Deputada Federal

PL/DF

¹ <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,governo-zera-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher,70003184035>